

O LAZER ENQUANTO UM DIREITO SOCIAL

Matheus R. DIAS¹; Rafael C. KOCIAN²;

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de iniciação científica denominada Caracterização dos espaços públicos de lazer esportivo em Muzambinho/MG. Na atual fase da pesquisa trabalhamos com uma revisão de literatura que buscou discutir a relevância do lazer enquanto um direito social, realizando um levantamento bibliográfico nos Sistemas de Bibliotecas, do IFSULDEMINAS, do Google acadêmico, do portal de leis do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Muzambinho, como de revistas especializadas nas áreas de Educação Física, da Saúde, do Lazer e Humanidades. O levantamento foi realizado a partir das palavras-chave: lazer, práticas esportivas, saúde, esporte. Os dados apontam para a importância da valorização do lazer enquanto um direito social garantido no artigo quinto da Constituição Federal. A partir dessa valorização pode-se avançar em diversos ganhos como em saúde e qualidade de vida, educação e cultura e na segurança pública, uma vez que os espaços públicos passam a ser ocupados pela população e de certa forma inibem a presença de pessoas más intencionadas. Por fim, conclui-se que o desenvolvimento de atividades de lazer é de extrema relevância para o desenvolvimento pleno dos cidadãos. A partir desse levantamento, inicia-se a coleta de dados da segunda fase da pesquisa, a ser realizada nos espaços públicos de esporte e lazer de Muzambinho/MG, buscando entender se de fato as políticas de esporte e lazer estão estruturadas e se atendem a comunidade.

INTRODUÇÃO

Diversos debates na sociedade brasileira trazem a perspectiva do lazer como uma possibilidade fundamental a todo ser humano. Lazer e trabalho são temáticas cotidianas, que estão entrelaçadas e que, segundo Marcellino (2002), necessitam de ampla atenção e devem ser observadas com foco para entendimento do comportamento do ser humano em sua totalidade. Diante disso, segundo o autor, os aspectos inerentes ao lazer estão

¹ Discente do curso de educação física, bolsista do PIBIC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: matheus.roncon3@gmail.com;

² Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia do Movimento (GEPPEM) e Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho /MG, email: rafaelkocian@gmail.com;

relacionados com as mais diversas áreas de atuação do ser humano, provocando diversas interações no plano cultural do indivíduo e de seu coletivo.

Para Marcellino (2003), o lazer é um elemento da cultura, uma vez que pode ser conceituado como: *“conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve”* (p.35)

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de iniciação científica denominada Caracterização dos espaços públicos de lazer esportivo em Muzambinho/MG. Na atual fase da pesquisa trabalhamos com uma revisão de literatura sobre a importância do lazer, buscando levantar dados sobre a temática. Além do aproveitamento prático dos dados para formulação de políticas públicas, acredita-se que esta pesquisa traga uma contribuição acadêmica para a área da Educação Física, em especial para a linha de pesquisa Pedagogia do Movimento e Lazer.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é de cunho qualitativo que, segundo Minayo (1994, p.22), trabalha com o “(...) universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Quando o pesquisador opta por esse modelo fundamenta-se em uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais, analisados a partir dos significados que sujeitos e/ou pesquisador atribuem ao fato.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Para isso, utilizamos como base as ideias de Severino (2007), a partir de um levantamento bibliográfico nos Sistemas de Bibliotecas, do IFSULDEMINAS, do Google acadêmico, do portal de leis do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Muzambinho, bem como de revistas especializadas na área. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir das palavras-chave: lazer, práticas esportivas, saúde, práticas corporais, equipamentos de esporte e lazer. Para a realização deste levantamento serão consultados livros, dissertações, teses, periódicos e leis. Esse levantamento dará subsídios para a análise da pesquisa de campo a ser realizada junto aos indivíduos que frequentam os espaços públicos de esporte e lazer de Muzambinho/MG que terá como finalidade a identificação dos espaços públicos de esporte e lazer no município de Muzambinho/MG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando analisamos a Constituição Federal de 1988, percebemos logo no capítulo II, artigo 6º, que o lazer é tratado como um direito social tão importante quanto a educação,

saúde e alimentação. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, (...) na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Além dessa citação como um direito social, o lazer ainda aparece por mais três vezes na Constituição. Primeiramente no artigo 7º, item IV, na forma de que o salário mínimo de trabalhadores urbanos e rurais deve garantir aos cidadãos e suas famílias o acesso a diversos direitos sociais, dentre eles o lazer. Posteriormente o lazer aparece na Seção III, que trata do desporto, especificamente no artigo 217, parágrafo 3º “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Por fim, o lazer aparece como um direito da criança e do adolescente, que deve ser assegurado pelo Estado, da sociedade e da família, conforme consta no Capítulo VII, artigo 227 (BRASIL 1988).

Cabe ressaltar que estão em curso no Congresso Nacional diversos projetos de lei que tratam da redução de carga horária da jornada de trabalho de diversos segmentos profissionais. Nas alegações para mudanças, constam sob variadas formas, justificativas que atrelam a qualidade de vida do trabalhador a prática do lazer enquanto um direito social. Do ponto de vista acadêmico, Marcellino (2003) destaca a importância que o lazer deve exercer dentro de uma visão administrativa, quer seja de um gestor ou de gestor privado.

(...) O cotidiano do mundo atual coloca o gestor, público e privado, diante do desafio de ofertar programas de lazer e recreação com bases em iniciativas consistentes e significativas para atender, de maneira responsável, à expectativa da sociedade, por meio de uma ação qualificada, que tenha origem no princípio de maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade (MARCELLINO, 2003 p.81-2).

Fica evidente, tanto na lógica da legislação nacional, quanto em uma visão técnica acadêmica a importância que o incentivo às práticas de esporte e lazer assumem em nossa sociedade.

Com a realização dos megaeventos esportivos em nosso país, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, as atividades voltadas ao esporte e ao lazer passam a ter importante destaque no cenário nacional, seja nos municípios, estados ou na federação, passando estas a não ser uma política pública isolada, mas sim uma política de Estado, sendo desenvolvida, portanto, por diversos ministérios e secretarias e não somente pelos gestores do esporte e lazer (MASCARENHAS, 2012). Dessa forma, vale a pena refletir como cada gestor público, cada município, cada estado e como nosso país tem pensado os espaços públicos de esporte e lazer a curto, médio e longo prazo.

Para o presente estudo delimitamos as práticas de lazer somente ao que se refere ao conteúdo físico conforme proposta de Dumazedier (1980). No trabalho o autor classifica

o lazer em cinco diferentes conteúdos: manuais, artísticos, intelectuais, sociais e físicos. Camargo (1986) inclui a proposta de mais um conteúdo além dos citados por Dumazedier: o lazer turístico. Por fim, Schwartz (2003) inclui o lazer virtual como uma nova possibilidade.

Ao tratar do interesse físico, Dumazedier (1980) alega que este conteúdo diz respeito às representações sociais ligadas as práticas de atividade física de forma geral, desde esportes tradicionais como futebol, voleibol, atletismo, etc. a práticas não institucionalizadas como caminhadas, passeios, pesca, ginásticas etc. Todas essas representações podem ocorrer em ambientes formais como clubes, academias, escolas, ou em ambientes alternativos como a própria residência, ruas, praças etc. Ressalta-se que as atividades de interesse físico não referem somente à prática direta ou vivência experimental, uma vez que o indivíduo pode participar desta atividade sendo um espectador, torcedor etc. Como exemplo, deste tipo de possibilidade, destaca-se uma ida a um estádio de futebol para assistir a partida da equipe de preferência ou a ida a uma praça pública, onde o indivíduo interage indiretamente, torcendo, comentando as jogadas, erros e acertos.

Segundo Marcellino (2002), essas classificações propostas por diferentes autores não são partes isoladas, sendo que obviamente uma determinada atividade pode contemplar mais de um conteúdo estabelecido: *“as aspirações pela prática do lazer, envolvem um todo interligado e não constituído por partes estanques. A distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância, representando escolhas subjetivas”* (p.17).

Além de uma prática de entretenimento, engrandecimento cultural e social, podemos considerar o lazer como um importante aliado no desenvolvimento de programas de saúde. Para Marcellino (2003), o lazer deve ser entendido além do descanso e do divertimento, mas considerando também os aspectos educativos do lazer: enquanto instrumento e objeto de educação. Nesse sentido, as práticas corporais podem ser vivenciadas pelos sujeitos de modo a reverem valores e sentidos na sociedade em que vivem e para isso é fundamental que tenham acesso a uma ação educativa para e pelo lazer.

Uma pesquisa publicada no jornal Folha de São Paulo em 2011, de autoria de Giuliana Miranda, relata dados alarmantes. Foram entrevistados mais de 46 mil e os dados mostraram que 61,6% da população brasileira acima de 16 anos não pratica nenhum esporte. Na divisão por sexo, 50,5% de homens não praticam e 72,4% de mulheres não praticam nenhum tipo de esporte. Esses dados reforçam a necessidade de melhorias no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e também na formação de profissionais que irão atuar no campo da Educação Física e da saúde.

A prática do lazer enquanto conteúdo físico pode ser considerada como uma importante alternativa de promoção da saúde, uma vez que a área da Saúde Coletiva constantemente questiona o modelo clínico hegemônico da área da saúde. Segundo Carvalho e Ceccim (2008), tal modelo é centrado no saber e prática médica, na cura da

doença, nos procedimentos clínicos e na orientação hospitalar. Considerando a possibilidade de que o lazer pode auxiliar substancialmente na melhoria da qualidade de vida da população enquanto uma prática saudável, retomamos a reflexão proposta: como os gestores municipais estão desenvolvendo as políticas públicas de esporte e lazer? Insistindo na proposta da Saúde Coletiva enquanto alternativa ao modelo clínico hegemônico de saúde, destaca-se alguns marcos conceituais e princípios fundamentais como:

(...) a valorização do social e da subjetividade, a valorização do cuidado e não só a prescrição, o estímulo à convivência e ao estabelecimento de laços entre a população e os profissionais de saúde; a atenção à saúde organizada com base na lógica do cuidado e não da doença; a crítica à medicalização e ao “mercado da cura” (CARVALHO e CECCIM, 2008, p.139).

Outra possibilidade importante da utilização dos espaços públicos de esporte e lazer, diz respeito a segurança pública. Pochmann (2012) trata da importância dos cidadãos em utilizar os espaços públicos e reconquistar a cidade. Para o autor, os gestores devem pensar em estratégias e planejar ações que tenham como objetivo estimular as pessoas a saírem das suas casas para constantemente utilizarem os parques, museus, praças, ruas e demais espaços. A cidade de Bogotá na Colômbia foi, durante muitos anos, exemplo de violência e destaque negativo nos noticiários internacionais. Segundo Carvalho & Castanheira (2001), a partir de 1994, durante a administração de Antanas Mockus, a cidade alterou drasticamente suas estratégias em relação ao combate a violência. Combinada com diversas ações que iam desde a educação e conscientização de crianças a idosos, os habitantes da cidade foram estimulados a sair de casa e ocupar os espaços públicos, dando “vida” aos ambientes. Para isso, as praças foram revitalizadas, espaços esportivos receberam monitores que estimulavam a prática de atividade física, bibliotecas e ciclovias foram construídas etc. Atualmente, Bogotá tornou-se referência no enfrentamento ao crime organizado e violência urbana, conseguindo reverter os altos e vergonhosos índices de outrora.

CONCLUSÕES

Após o desenvolvimento do presente trabalho em forma de revisão de literatura, podemos concluir que o desenvolvimento de atividades de lazer em Muzambinho/MG é de extrema relevância para o desenvolvimento pleno dos moradores do município em diversos aspectos tais como no lazer propriamente dito, como práticas esportivas, de saúde e qualidade de vida, como práticas educativas e culturais e como práticas de segurança pública.

A partir desse levantamento, inicia-se a coleta de dados da segunda fase da pesquisa, a ser realizada em cada um dos espaços públicos de esporte e lazer do

município, buscando entender se de fato as políticas de esporte e lazer estão estruturadas e se atendem a comunidade muzambinhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, N. & CASTANHEIRA, L. Relatório Bogotá-Colômbia. **Coleção Estudos da Cidade**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/207_rel%C3%B3rio%20bogot%C3%A1%20-%20col%C3%B4mbia.PDF> Acesso em 10 maio 2014..

CARVALHO, Y. M., CECCIM, R. B. Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. In: CAMPOS, G.W.S., [MINAYO, M.C.S.](#), AKERMMAN, M., DRUMOND, M., CARVALHO, Y. M. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2008.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: Uma Introdução**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29, 1994.

POCHMANN, M. **Reconquistar a cidade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica para os alunos da graduação e pós-graduação**. Lorena: Editora Stiliano, 1998.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v.2, n.6, p.23-31, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.